

Igreja dos pobres no Amapá (1966-1983)

Marcos Vinicius Freitas Reis ¹

Fábio Py ²

Walbi Pimentel ³

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v14i41.55883>

Resumo: O trabalho apresenta uma análise histórica da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Amapá, com ênfase na capital Macapá e o bairro do Buritizal, localizado na área urbana da respectiva cidade. A intenção é associar a trajetória das comunidades eclesiais com o desenvolvimento da cidade. Baseando-se no trabalho geopolítico de David Harvey, argumenta-se que as CEBs seriam um instrumento de facilitação da organização das pessoas. Como referência temporal a análise compreende as décadas entre 1960 e 1980, buscando em sentido amplo, entender como o contexto político e as relações comunitárias ensejaram o fortalecimento das CEBs num Estado localizado na Amazônia brasileira. Metodologicamente, o texto apresenta como fontes documentais a produção da imprensa católica produzida no período delimitado, com destaque para o jornal A Voz Católica, realçando o processo de desenvolvimento do bairro pela expansão do Estado capitalista e a organização junto às comunidades de base pelas pastorais católicas.

Palavras-chave: Catolicismo, CEBs, Amapá, comunidade, modernidade e pastorais

Church of the poor in Amapá (1966-1983)

Abstract: This work presents a historical analyze about the Basic Ecclesial Communities actions (CEBs) in Amapá State in special the capital Macapá and Buritizal district located in the same city; the intention is establish a relation between the Ecclesial Communities

¹ Doutor em Sociologia pela Ufscar. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá. Especialista em religião e política, pentecostalismo e representação política. E-mail:marcosvinicius5@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, a UENF. Doutor em Teologia pela PUC-Rio. E-mail: pymurta@gmail.com

³ Docente na rede estadual de ensino do Amapá. É Mestre em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade Federal do Amapá (Unifap), além de ter Especialização em História e Historiografia da Amazônia e graduação em Licenciatura em História pela mesma instituição. E-mail: prowalbi@gmail.com

trajectory with the development of the city. Based in geopolitics work by David Harvey, is argued that the CEBs would be a tool of facilitation of people organization. As a time reference, the analyses include since 1960 up to 1980 decade trying to understand how the politic context and the communities' relations cause the fortification of CEBs in a State located in Brazilian Amazon. Using as a methodological sources articles of catholic press produced in this period highlighting "The Catholic Voice" newspaper, emphasizing the development process of the district by the capitalist expansion and the organization in bases communities.

Key-words: Catholicism. CEBs, Amapá. Community. Modernity.

Iglesia de los pobres de Amapá (1966-1983)

Resumen: El trabajo presenta un análisis histórico del desempeño de las Comunidades Eclesiales de Base (CEB) en Amapá, con énfasis en la capital Macapá y el barrio de Buritizal, ubicado en el casco urbano de la respectiva ciudad. La intención es asociar la trayectoria de las comunidades eclesiales con el desarrollo de la ciudad. Partiendo del trabajo geopolítico de David Harvey, se argumenta que las CEB serían un instrumento para facilitar la organización de las personas. Como referencia temporal, el análisis comprende las décadas comprendidas entre 1960 y 1980, buscando en un sentido amplio, comprender cómo el contexto político y las relaciones comunitarias llevaron al fortalecimiento de las CEB en un Estado ubicado en la Amazonía brasileña. Metodológicamente, el texto presenta como fuentes documentales la producción de la prensa católica producida en el período delimitado, con énfasis en el diario A Voz Católica, destacando el proceso de desarrollo del barrio por la expansión del estado capitalista y la organización con las comunidades de base por parte de las pastorales católicas.

Palavras chave: Catolicismo, CEBs, Amapá, comunidade y modernidad

Recebido em 11/10/2020 - Aprovado em 05/04/2021

1. Apontamos Iniciais: O desenvolvimento do bairro Buritizal nas décadas de 1960-1970

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desenvolveram-se no Amapá, assim como em diversas partes do Brasil, mediante a impulsos externos e pelas condições internas próprias da população local. Entre os fatores externos estão o Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín (Lowy 2000; Betto 1981: 67-89; Py & Pedlowski 2018).

Como fatores internos, podemos citar a falta de padres no Estado, o que há séculos já era um problema. O fato de a região ser uma nova frente de expansão devido a criação recente do território Federal do Amapá, o que tardaria a atrair um número maior de habitantes, requerendo, assim, uma presença maior tanto do Estado quanto da Igreja (para a população católica, maioria à época – Lobato 2013: 138-173).

Desse modo, nesse artigo buscaremos pontuar como se constituíram as CEBs no Amapá, enfatizando-se a Capital, Macapá e o bairro Buritizal, localizado na zona sul da cidade de Macapá. Nossa tese apoia-se no trabalho geopolítico de David Harvey em “*como o desenvolvimento exploratório do capitalismo é dinâmico impondo diversas formas organizacionais*” (Harvey 2005: 73), nesse caso, no Brasil (pela importância do catolicismo), “*as CEBs seriam um instrumento de facilitação da organização das pessoas*” (Py & Pedlowski 2018). Assim, o objetivo é analisar o papel do leigo nas CEBs e identificar possíveis “enfrentamentos” (Harvey 2005: 74-79) entre Igreja e Estado capitalista, decorrente da prática pastoral das comunidades eclesiais. Para tanto, serão utilizadas fontes impressas como o jornal *A Voz Católica* e entrevistas semi-estruturadas com personagens importantes para o desenvolvimento dessa estrutura eclesial no Amapá.

Na década de 1960, Macapá vivia um intenso processo de crescimento urbano¹, porém, desordenado e impulsionado pela extração de manganês em Serra do Navio e Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) - iniciado em 1948 – bem como pela construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, localizada no Rio Araguari, cujas obras iniciaram ainda em 1953, mas foram inauguradas apenas em 1976 (Brito 2008).

Em Macapá surgiam novos bairros, deslocando a população para lugares mais afastados do Centro administrativo da cidade. Distante do Centro, as condições de assistência pública eram precarizadas (Harvey 2005: 79). Neste contexto, o bairro Buritizal assiste a um intenso processo de ocupação no início da década de 1960. Compondo parte da periferia² de Macapá, o Buritizal, junto com os bairros Santa Rita e

¹ Pelos dados estatísticos do IBGE, a população urbana do Amapá em 1960 era de 35.390 contra 33.499 residentes na zona rural; o número quase duplicara dez anos depois: em 1970 eram de 63.785 residentes na zona urbana, enquanto na zona rural estavam 52.695. De 1960 a 1970, a população total do Amapá quase duplicou: de 68.889 em 1960 a população foi para 116.480 em 1970: Censo demográfico 1960-2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados> (consultado em 20 de junho de 2017).

2 Periferia é um conceito político, aquele que se opõe ao centro, ou melhor, que rodeia a um determinado centro como uma zona, contorno, perímetro. A palavra no Brasil foi usada no processo de metropolização dos anos 1960-70 usada para designar loteamentos clandestinos, ou favelas onde vive uma população de baixa renda. David Harvey entende que mundialmente “o conceito de periferia se reforçou após as duas grandes guerras e acirrado com a Guerra Fria” (Harvey 2010: 91), contudo nas cidades “ao lado oposto ao espaço centro econômico de poder, surgindo para ser tolerável a

Pacoval, tem suas primeiras ruas construídas apenas na década de 1970. Assim, por mais de dez anos os moradores se limitavam a locomover-se por entre caminhos abertos no mato e à abertura de capoeiras para a construção de casas, muitas destas feitas em mutirão.

Embora as condições dos bairros periféricos fossem precárias, desde a década de 1960 são feitos planos diretores para Macapá. Contudo, conforme Tostes (2007), todos foram de efeitos limitadíssimos. Destacam-se, nesse sentido, os planos Grumbilf (1960), o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (1973) e o HJ Cole (1977). Destes, o Plano da Grumbilf do Brasil (1960) foi o de efeito mais limitado, uma vez que tinha como única finalidade a ordenação da rede elétrica da Capital do então Território Federal, enquanto os outros dois planos tinham uma visão mais abrangente e que atendiam inclusive à visão de planejamento proposto pelo Governo Federal aos territórios. Entretanto, ressalte-se que tais planos tiveram pouquíssima aplicabilidade pelos gestores territoriais e municipais.

Logo, havia uma disparidade grande entre o planejamento urbano e a prática política por parte dos gestores responsáveis pela urbanização (Harvey 2010). Enquanto se pensava uma Macapá nos moldes “cartesianos”, totalmente planejada, onde toda a população tivesse acesso aos serviços públicos como água encanada, luz elétrica, atendimento à saúde e à educação, porém, o que a maioria da população vivenciava em seu cotidiano era a ineficiência do Estado na prestação desses serviços (Marin 1999).

Nessa perspectiva, assim como nas grandes cidades, Macapá assistia a formação de periferias para onde era empurrada a população mais carente, formada em sua maioria por imigrantes vindos do interior do Território e de outros Estados, especialmente do Pará (Harvey 2010; Bonduki & Rolnik 1984). A luta diária pela vida numa região em expansão na cidade, onde poucos serviços básicos eram oferecidos uniu aos poucos os moradores, formando entre si laços de solidariedade muito fortes que somados às necessidades religiosas e ao incentivo eclesialístico, impulsionaram nesse bairro a formação e o crescimento das CEBs (Santos 2001: 98-103).

manutenção de cidades ao Estado, contudo, o que se tem é na verdade a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas”. No trilha do trabalho de David Harvey, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1984) afirmam que periferia são “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”. Portnato, o termo periferia estapola os limites da geografia de o que está à margem, e se estabelece o

2. Comunidades de base: participação dos leigos antes das CEBs

Eleito superior geral do Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras (o PIME) em março de 1965, Dom Aristides Piróvano, ao deixar a Prelazia de Macapá delegou certas responsabilidades aos leigos. Além de participarem ativamente na organização dos festejos dos padroeiros locais, estavam presentes também nos meios de comunicação existentes na Prelazia, como o Jornal *A Voz Católica*. Destaca-se também nessa época, a atuação dos movimentos de leigos, notadamente o Apostolado da Oração, composto por mulheres e a Congregação Mariana (também chamados *Marianos*), composta por homens³.

Havia certa abertura para os leigos da Prelazia, possibilitada principalmente pela participação em associações religiosas, na própria imprensa católica e nas comunidades existentes que ainda não tinham o mesmo sentido que as CEBs, embora sejam colocadas no processo histórico como um embrião destas (Betto 1982: 67-69; Fonseca 2009). As comunidades⁴ até então tinham a existência baseada na necessidade de se preparar os festejos de santos, e em algumas, como Mazagão, recebiam na mesma oportunidade assistência social e médica:

O intenso programa de apostolado nas comunidades de base da Paróquia de Mazagão está sendo seguido com perseverança pelos padres daquela paróquia. As atividades religiosas são acompanhadas por uma eficaz assistência social e sanitária nas comunidades visitadas. O padre se faz acompanhar sempre por um ou dois enfermeiros, que

que está sociamente em exclusão. Portanto, “o território deve ser visto como fruto de uma classificação das pessoas a partir do espaço que ocupam, ou ainda, pelas referências ao espaço de onde elas procedem” (1984: 53).

³ Havia em Macapá várias associações religiosas: o *Apostolado da Oração*, composto essencialmente por mulheres e conhecido pela fita vermelha que estas usam nos seus momentos de oração e durante a missa; a *Congregação Mariana*, composta essencialmente por homens e semelhante ao Apostolado da Oração (usavam uma fita azul ao invés da vermelha); as *Filhas de Maria* composta por jovens moças; a *Cruzada Eucarística* composta por adolescentes e a *Juventude Oratoriana do Trem (JOT)*, específico dos jovens da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição: *A Voz Católica*, nº 627, ano XIV, p. 7, 15 de julho de 1973 – Tostes 2007.

⁴ As paróquias que já existiam no Amapá eram as seguintes: São José de Macapá (Macapá, 1752), Nossa Senhora da Assunção (Mazagão, 1845), Nossa Senhora da Conceição (Bailique, 1883), Divino Espírito Santo (Amapá, 1904), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Santana, 1954), Nossa Senhora da Conceição (Macapá, 1959), Nossa Senhora das Graças (Oiapoque, 1959), Nossa Senhora de Fátima (Macapá, 1964), Nossa Senhora do Brasil (Porto Grande, 1964) e São Benedito (Macapá, 1964) (Rodrigues 2009), além de diversas comunidades, ligadas a estas paróquias ou autônomas.

desenvolvem serviço de ambulatório e dispensam remédios de graça a todos os necessitados (A Voz Católica 1967: 1).

Devido a falta de padres, pelo fato de passarem, em geral, dias visitando as áreas de suas paróquias – as chamadas *desobrigas* (Santos 2001: 98-103). Nessas ocasiões, alguns padres aproveitavam a oportunidade para ministrarem sacramentos e levarem profissionais da saúde para o atendimento das comunidades. Comunidades essas que eram organizadas por diretorias, estando à frente o presidente, regido por um estatuto. Nas leituras do jornal *A Voz Católica* percebe-se que Mazagão teve um papel marcante neste período, uma vez que era referência ao se tratar das chamadas Comunidades Eclesiais de Base⁵. Esse papel, ainda coadjuvante das Comunidades (que até então exerciam sempre um papel de espera pelo sacerdote) nas ações da Igreja começa a mudar em 1968, quando o Bispo Dom José Maritano inicia o trabalho de formação das Comunidades Eclesiais de Base em Macapá, e que logo se estenderia para o interior (Fonseca 2009: 2009).

É interessante perceber a dinâmica da Igreja Católica no Amapá na década de 1960, quando passa de uma postura intramuros para uma mais voltada à situação social do povo (Betto 1981: 67-69). Pode-se perceber, desse modo, que assim como na escala nacional, também na escala local foram importantes os movimentos da Ação Católica Especializada, notadamente a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC), que surgem nesse ínterim e dão sua contribuição para a aquisição de uma postura mais politizada e questionadora por parte dos católicos (Lowy 2000).

A Juventude Estudantil Católica surgiu no Amapá ainda na década de 1950, se tornando a responsável por mudar o direcionamento da União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Amapá (UECSA) de uma entidade estritamente ligada ao governo territorial para uma entidade mais combativa, de questionamento às políticas governamentais. Isso se deu entre 1957 e 1963, quando a UECSA foi dirigida, em sua maioria, pelos membros da JEC. Nesse período, por exemplo, houve a primeira greve estudantil no Amapá. Na ocasião, estudantes do Colégio Amapaense e do Instituto de Educação do Território se insurgiram contra uma medida da escola que determinava a um professor que ministrasse aula para uma turma de seis alunos, porque entre estes estava um filho do Secretário do Governo territorial (Rodrigues 2009). Além disso, a JEC foi a única organização estudantil no Amapá a ensaiar uma resistência contra o golpe civil-militar de 1964, pichando muros da cidade com ceras de vela das igrejas. Entre as

⁵ No ano de 1967 das duas únicas vezes que se mencionou as Comunidades de Base e sua organização, todas se referiam a Mazagão – Rodrigues 2009.

principais lideranças da JEC estavam João Travessos, Isnard Lima, Carlos Nilson, Haroldo Franco, Nestlerino Valente, Elcy Lacerda e Elson Martins, alguns destes compuseram inclusive, as equipes da *Rádio Educadora São José* e do Jornal *A Voz Católica*, além das fileiras do Movimento Familiar Cristão (MFC). Como assessor religioso do grupo, estava sempre o Padre Gaetano Maielo, ele que foi expulso do Território em 1973 pelo governo militar (Rodrigues 2009).

Outro movimento importante para essa mudança de postura por parte da Igreja local foi a Juventude Operária Católica (JOC), que teve sua criação no Amapá ligada à onda de criação de sindicatos no Território Federal a partir da segunda metade da década de 1950. Nascida sob o ideal de formação dos trabalhadores contra o comunismo, a JOC aos poucos ganha nova postura, tornando-se mais combativa. Essa mudança de postura seguiu o movimento visto em outras partes do país (Lowy 2000). No seu documento feito no I Congresso em 1961, a JOC do Amapá aponta como principais problemas dos jovens trabalhadores a exploração do trabalho infantil, a jornada abusiva de trabalho, a falta de escolas, o déficit habitacional, a falta de saneamento básico e assistência hospitalar, bem como a precariedade dos espaços de esporte e lazer (Lobato 2013). Sendo um dos instrumentos de formação crítica, a JOC contribuiu para o fortalecimento das CEBs, notadamente no final da década 1960, quando as comunidades eclesiais se ampliam para outras áreas periféricas e interioranas (Lobato 2013).

3. Constituição e organização das CEBs no Amapá

Influenciado pelo Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín, confrontando com a situação de padres em número insuficiente para paróquias enormes em termo geográficos e trabalhando a partir das Comunidades que já existiam e procurando fundar outras, Dom José Maritano⁶ implanta como modelo pastoral para a Prelazia de Macapá o modelo das CEBs a partir de 1968. Sobre as primeiras CEBs de Macapá, José Amanajás Lima escreve:

⁶ Giuseppe Maritano nasceu em 18 de março de 1915 em Cumiana-Turin, Itália. Ordenou-se sacerdote em Milão no ano de 1939, após ter ingressado no PIME em 1934. Fez o mestrado em Direito Canônico, tendo começado a lecionar no Seminário após o término dos estudos. Foi um dos que tiveram a viagem para o Oriente interrompida pela Segunda Guerra Mundial, sendo enviado ao Brasil em 1946, junto com o Pe. Aristides Piróvano. Assumiu em 1947 a capelania de um Mosteiro de Freiras de Clausura em Cotia-SP. De 1948 a 1958 Pe. José Maritano tornou-se pároco em Assis-SP, até ser nomeado Superior dos padres do PIME na Amazônia, quando se mudará para Manaus, onde assumirá a Cura Pastoral da Paróquia de Nazaré, cuidando inclusive do leprosário local. Em 1966 foi para Macapá agora como bispo prelado, onde se torna bispo diocesano em 1981; em 1983 renuncia à Diocese de Macapá, indo trabalhar na Colônia Hanseniana

Começamos com Dom José Maritano. O prefeito da época era o Cabo Alfredo, e tava iniciando a abertura de ruas no Buritizal, loteamento de terrenos, então a travessia era por cima daqueles miritizeiros, tinha muitos miritizeiros, e ele vinha, eles iam fazendo a abertura, a máquina ia na frente, abrindo caminho, e o pessoal ia fazendo as casas e a gente também ia ajudando, fazendo as casas, fazendo barraca pro pessoal. E aí aproveitava o momento pra ir unindo o pessoal: fazia um peixe assado e depois fazia a reunião e deixava organizado o pessoal. Eu me lembro bem que a primeira foi uma aqui no canto da 1º de maio com a Prof. Tostes, foi a primeira, e ficou chamada como Comunidade São Raimundo. O coordenador daí era um senhor chamado Raimundo Vilhena, que o pessoal só chamava “Caboco Vilhena” pra ele. Ele andava com um cadernozinho debaixo do braço pra fazer anotação e tudo e lá foi ampliando, na medida em que tudo foram abrindo no bairro, foram fazendo as casas e foram fazendo também as comunidades⁷.

No Buritizal pôde-se perceber um desenvolvimento das CEBs entrelaçado à formação do próprio bairro. Assim, à medida que o bairro se expandia com a criação de ruas e edificações de casas, também se construía a própria comunidade eclesial. De modo geral, nas CEB's nascentes partia-se de uma concepção mais expansiva. As comunidades se faziam não apenas na hora das reuniões ou da missa dominical, mas também nos momentos de mutirões, de visitas, de lutas cotidianas (Pighin & Pinto 2001: 93-123). Comunidade tornou-se então uma concepção mais ampla do que a acepção experienciada pelo catolicismo mais tradicional. Abrangendo quase todos os aspectos da vida do católico, comunidade, na acepção das CEBs, relacionava-se com a própria área de moradia e não apenas à paróquia (Lowy 2000: 143-151). A antropóloga Cecília Mariz (2016: 9-26) analisa o caráter mais “amplo” do sentido de comunidade assumido pelas CEBs:

de Marituba-Ananindeua, uma de suas maiores vontades. Faleceu em 1992, em Roma (Pighin & Pinto 2001).

⁷ Entrevista cedida por José Amanajás Lima em 15 de agosto de 2014 em sua casa no Bairro Buritizal.

Como o fiel concebe e percebe a comunidade a que pertence e, embora crie um novo grupo, a proposta não é tornar o pertencimento a esse grupo uma “distinção”. Nesse sentido se reforça que as CEBs procuram representar e lutar por todos daquelas áreas carentes e não apenas os católicos (Mariz 2016: 12)

Nesse sentido, muitas vezes a vida nas comunidades eclesiais era comparada à história bíblica de Moisés, sendo os fiéis o próprio povo de Deus a caminho de uma terra sem males e de fartura: era essa terra a própria comunidade e a fartura, os próprios direitos pelas quais as CEBs passaram a lutar, sobretudo nos anos de autoritarismo militar (Betto 1981: 67-69). Aproveitando-se do caráter de *área de expansão* dessas regiões periféricas de Macapá (Harvey 2010: 45-48), o Bispo Dom José Maritano iniciou o processo de implantação do modelo pastoral das CEBs, a começar pelo Buritizal. Devido as adversidades típicas do meio periférico, os habitantes decidem pela ajuda mútua. Ajuda essa, que abrangia inclusive a construção das casas. Esses laços se fortalecem, pois eram necessários para as lutas cotidianas. Cada sujeito, em sua particularidade forma em conjunto com os demais, uma unidade maior do organismo que aqui sistematiza-se na CEB, onde, além dessa ajuda mútua, o leigo é chamado para atuar naquela área para o progresso da Igreja e de si mesmo (Pighin & Pinto 2001: 93-123). Passando a se reconhecer como um corpo, estas pessoas vêem a CEBs como um estilo de vida, onde a ajuda mútua e o apoio espiritual tornam-se um imperativo (Lowy 2000: 143-151). Nas CEBs o relacionamento é assentado na própria experiência de vida comunitária, de partilha, de doação mútua em prol de um objetivo comum: a construção do Reino de Deus na Terra como pregado pelas CEBs e posteriormente também pela Teologia da Libertação (Betto 1981: 67-69; Lowy 2000: 143-151).

Nas reuniões da comunidade eram realizados cantos, lia-se um trecho do Evangelho e a reflexão em grupo, colocando-se situações concretas da vivência diária dos participantes. Por vezes, havia brincadeiras nas quais participavam não apenas crianças, mas também adultos.⁸ Foi-se delineando assim a ação pastoral das CEBs: corpos eclesiais que além do trabalho religioso, também buscavam o trabalho social como parte fundamental de sua identidade. Quando a assistência do Estado se fechava para essa população, a própria comunidade eclesial assumia a tarefa de prestar auxílio aos doentes e desempregados (Lowy 2000: 143-151). Tal postura deriva-se em grande parte dos

⁸ Para José Amanajás “As reuniões eram mais animadas. Tinha muito canto, tinha brincadeiras. Brincadeiras de criança que os velhos faziam, era animada por isso” (Pighin & Pinto 2001: 85).

ensinamentos de Dom José Maritano, para quem a compreensão do corpo deve ser vista como um todo, e assim precisa ser atendido integralmente (Pighin & Pinto 2001). Não demorou para em meio aos questionamentos colocados por meio da leitura dos Evangelhos em comunidade, surgissem também indagações a respeito da situação política em que viviam, em especial ao governo autoritário (Betto 1981: 67-69).

Como pode ser observado, o conceito de comunidade assume conotação central para as CEBs, diferindo-se das propostas comunitárias do catolicismo tradicional (Lowy 2000: 143-151). Recorrendo novamente a Cecília Mariz (2016), observa-se que “comunidade” é uma concepção importante em muitos discursos religiosos. Especificamente no cristianismo, comunidade está relacionada ao conceito de dádiva e sacrifício: “A comunidade teria surgido em torno de um “salvador” que teria “dado sua vida” ou se “sacrificado” para salvar a humanidade” (Mariz 2016). Assim, as relações dadivosas das comunidades cristãs contrapõem-se ao caráter utilitarista das relações de mercado (Lowy 2000: 143-151).

Voltando a discussão para o conceito de comunidade assumido pelas CEBs, percebe-se que a dádiva comunitária antes de ser referir à caridade, propunha-se a relações reivindicatórias e contestatórias ante ao Estado e ao próprio capitalismo (Lowy 2000).

Além de redefinir o conceito de comunidade, o catolicismo da libertação também propõe redefinir “o dar”. Embora centralmente preocupado com a sobrevivência e a qualidade de vida dos mais pobres, o catolicismo da libertação se diferenciava de muitos movimentos católicos porque rejeitava “atividade caritativa” no sentido de simplesmente “dar aos mais necessitados”. Sua proposta era reunir esses mais pobres e através do Evangelho levar a que eles se unissem e se percebessem como uma comunidade de irmãos. Portanto, em teoria as CEBs seriam constituídas e lideradas pelos “mais necessitados”, seriam assim comunidades de pobres que deviam se organizar para reivindicar o que lhes era de “direito” e estava sendo (Mariz 2016: 17).

Em consonância com a teologia assumida pelas CEBs, a verdadeira dádiva seria o direito de ter, receber e de “ajudar na luta pelo direito de receber” (Mariz 2016: 17).

O reivindicar implica uma atitude de oposição que entra em tensão com a atitude de obediência ou cordialidade, relacionadas em geral com a mansidão do religioso especialmente cristão do que se imagina em termos ideais. “Dar ao pobre”, portanto, não era o mote de católicos da libertação. A “caridade” não era um termo usado, pelo contrário, era até criticado por alguns. A “caminhada” ou a “luta do povo de Deus” eram expressões mais comuns. O “dar” ou receber de “caridade” era visto como um ato que reforçava o privilégio do doador, o que recebia os bens não recebia o direito de ter sempre o que lhe era doado. Havia uma certa humilhação em receber sem ter direito legal para isso. A CEB queria ensinar que a caridade tradicional implicava em relações sociais de reforço à pobreza e à situação de subordinação (Mariz 2016: 17).

O dado é que o discurso comunitário-reivindicatório das CEBs floresceu e se expandiu no Amapá (Pighin & Pinto 2001). Além da capital, no interior, as comunidades mais próximas pertencentes a então Paróquia São José passaram a sentir essas mudanças. Foi a partir de 1969 que essas comunidades passaram a se articular no sentido de abranger seu campo de atuação também nas esferas social e política. A intenção era tratar de assuntos relativos à administração municipal, à assistência, à saúde e aos registros civis dos moradores das referidas localidades. Representantes dessas comunidades se encontravam nas comunidades de Ponta Grossa, Bacaba, Itaubal do Piririm, Curicaca, Boa Vista, Santo Antonio da Pedreira, Acabate, Ambé e Ipixuna (A Voz Católica I 1969: 6).

Toda essa “guinada” da Igreja amapaense para um caráter mais social dos trabalhos desenvolvidos pelas CEBs, culminou no *I Congresso do Povo de Deus do Território do Amapá*, realizado em julho de 1969, em Macapá (Pighin & Pinto 2001). O evento tinha o objetivo de “organizar melhor a pastoral, depois de um exame da situação em todos os campos de atividade apostólica da Prelazia (...) para um atento estudo da realidade e um plano de pastoral de conjunto motivado” (A Voz Católica I 1969: 6), além de “despertar em todos os fiéis o senso de responsabilidade apostólica próprio do cristão” (A Voz Católica II 1969: 6). O I Congresso fez uma série de estudos e formulação de relatórios nas paróquias, com a participação dos leigos acerca da situação pastoral, dos meios de comunicação social e da assistência social e educacional. Em suma, percebe-se na formulação dos objetivos e dos estudos que havia a necessidade de organizar a Igreja

local nos moldes conciliares, com especial foco no documento de Medellín, feito no ano anterior, na reunião da CELAM, especialmente ao incentivo leigo no trabalho pastoral (Betto 1981; Lowy 2000: 143-151).

A organização do *Congresso do Povo de Deus* iniciou na escrita de questionários acerca da situação das paróquias em cinco áreas: pastoral de adultos, de jovens, de catequese, de meios de comunicação social e de assistência social e educacional (Pighin & Pinto 2001). Enviado às paróquias de todo o Estado, o relatório deveria ser escrito pelos padres conjuntamente com os leigos, que se responsabilizaram em responder e enviar à comissão organizadora antes da realização do Congresso, em julho. A comissão, por sua vez, escreveria um documento inicial a ser usado como base para o andamento do Congresso (Pighin & Pinto 2001). O I Congresso do Povo de Deus durou três dias. No primeiro, dia 17 de julho, reuniram-se as comissões de estudo de acordo com os cinco temas. O segundo dia, 18 de julho, foi dedicado às plenárias. No último dia, 19 de julho, houve a conclusão com celebração da missa e leitura do documento final (A Voz Católica VI 1969: 6).

O Documento Final foi publicado na edição de 26 de julho do *A Voz Católica*. No Documento delineiam-se duas conclusões principais: a necessidade de iniciar a constituição dos Conselhos Pastorais, Paroquiais e Diocesano que é “a mais clara manifestação da união do bispo com a porção do povo de Deus que lhe foi confiado” (A Voz Católica VI 1969: 6); e a constituição das CEBs, “mais uma vez obedecendo às diretrizes do Concílio e do CELAM” (A Voz Católica VI 1969: 6). Contudo, o Congresso não pacífico, como nos mostra a carta do Bispo Dom José ao seu irmão, Padre Maurílio Maritano:

Realizamos o Congresso do Povo de Deus. Foi duro. Porque foi uma ocasião escolhida pelo Senhor para fazer explodir o choque de ideias. Quem fez uma imagem menos bonita fomos nós padres, que temos dado espetáculo de divisão e de não saber se aceitar reciprocamente. O êxodo do congresso foi bom porque serviu de despertador para nos engajar seriamente para enfrentar os problemas difíceis que atingem o nosso povo. Temos muito trabalho pastoral em todo lugar e nos sentimos sempre tão poucos (Pighin & Pinto 2001: 43).

A correspondência de Dom José ao seu irmão serve para percebermos que ao contrário do que parece nos discursos da imprensa católica, o trabalho em prol das CEBs

não foi aceito por todos os padres (Pighin & Pinto 2001; Betto 1981: 67-69). Tampouco entre os leigos foi fácil mostrar essa nova face da Igreja que surgia. Nas linhas do jornal *A Voz Católica*, a necessidade de incentivo às CEBs era tão constante que se criou uma nova seção para tratar do tema, chamada “Comunidades de Base”. Em seu primeiro número, explica o padre Jorge Basile:

Fala-se muito, em nossos dias, em comunidades de base. Uns consideram-nas como a panaceia de todos os males da sociedade; outros, mais apegados ao passado, delas não querem nem ouvir falar; a maioria estudam-nas e, na medida do possível, procuram “usá-las” em seu trabalho, buscando mesmo dar novo rumo à sua atividade, através de formação de comunidades de base (A Voz Católica VII 1972: 2).

O artigo do padre Jorge (A Voz Católica VII 1972: 2) evidencia a problemática: nem todos os leigos aceitam esse modelo de Igreja que está sendo implantado. No entanto, mesmo para os católicos mais “tradicionais” a importância conquistada pelas CEBs era evidente. Índícios da relevância das CEBs foram as mudanças na própria liturgia. Em maio de 1969 foi anunciada a reforma litúrgica, modificando não apenas o *missal romano* (ritos da missa), mas também o *calendário litúrgico* (data das festividades religiosas - A Voz Católica V 1969: 5).

Ainda em relação a carta de Dom José Maritano (A Voz Católica V 1969: 5), outro aspecto importante a ser percebido é a *sensação de serem tão poucos*. Talvez a motivação principal das CEBs: os padres serem em número tão ínfimo para a vastidão do Território, salpicado de comunidades (Betto 1981). Era necessário o leigo tomar a frente dessas comunidades, contudo, não sem a devida orientação por parte do Clero. E conforme o padre Jorge Basile, *na medida do possível*. Diante disso, questiona-se então: Quais seriam os limites dessa *medida do possível*? (A Voz Católica V 1969: 5).

Sem dúvida, o primeiro fator importante da ação das CEBs é a formação de *animadores da comunidade*⁹. A priori, houve uma iniciativa por parte do Bispo Dom José buscando a formação de animadores nas chamadas *tardes de reflexão*. Nessas *tardes de reflexão*, o Bispo reunia os animadores da comunidade em salas, ao lado da capela Sagrado Coração de Jesus, onde passavam uma tarde de estudos acerca da Bíblia e dos

⁹ Segundo a definição do próprio jornal *Voz Católica*, os animadores ou agentes de pastoral são “pessoas que na comunidade exercem serviços particulares, como seja: catequistas, equipes litúrgicas, animadores de reuniões, ministros da Eucaristia, etc.”. Escola de Agentes de Pastoral: vai ser uma realidade (A Voz Católica X 1973: 1).

documentos da Igreja. Além disso, havia uma troca de experiências sobre o trabalho desenvolvido durante o mês pelos animadores (A Voz Católica X 1973: 1).

Porém, aos poucos se fazia necessária maior e mais aprofundada formação dos animadores das comunidades, o que será atendido a partir de 1974, quando a Prelazia de Macapá assumiu as CEBs como prioridade diocesana (Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197). Após a reunião da Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM) em Medellín em 1968, também houve o Encontro dos Bispos da Amazônia em 1972 (Arenz & Vasconcelos 1973), na cidade de Santarém, Pará, onde eles decidiram como uma das linhas de ação pastoral a prioridade na animação e formação das Comunidades Eclesiais de Base (A Voz Católica VIII 1972: 2) na Amazônia. Isso traduziu-se na Prelazia no fomento à formação de agentes de pastoral das comunidades e no decreto do ano de 1974, o ano das CEBs como prioridade pastoral (A Voz Católica X 1973: 1).

Nessa perspectiva, foi criada, no mesmo ano de 1974, a *Escola de Agentes de Pastoral* (EAP), que ficou sob responsabilidade do padre Sandro Gallazzi (Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197). O trabalho iniciou primeiramente com os agentes da cidade de Macapá, passando depois a abranger o Arquipélago do Bailique e o interior da Paróquia de São José. Além da Escola, também se criou em 1973 o curso de cristianismo com a mesma preocupação de formação de agentes de pastoral para as comunidades, embora tenha sido um movimento restrito à cidade (Gallazzi 2014).

A EAP realizava cursos voltados à formação de líderes de CEBs, mas também, aos catequistas. Tinham por objetivo “criar meios e condições para que os leigos pudessem assumir de maneira adulta sua corresponsabilidade na vida da Igreja, em termos de integração a sua ação pastoral e participação em seus organismos e processos de deliberação” (Adhm 1974). Em seus planos de curso sempre figuravam disciplinas como “Igreja e suas funções” e “O que é comunidade”, utilizando como fontes de estudo a Bíblia, o Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín (Gallazzi 2014). Além disso, havia espaço para a prática pastoral, avaliando os itens anteriores na vida eclesial e ensinando como criar uma Comunidade de Base (Adhm 1974). Os cursos posteriores seguiriam a mesma linha de trabalho: estudos bíblicos e dos documentos da Igreja, além da análise prática da vida pastoral e proposta de linha de trabalho (Adhm 1974).

Em Macapá, os maiores focos das CEBs foram a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no então Bairro da Favela, e a Comunidade do Buritizal ligada à Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Gallazzi 2014). Nas localidades, começam a se desenvolver trabalho formativo nas comunidades. O movimento logo se espalhou pelo interior do Território (Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197). Foram realizados mais de 140 cursos nos interiores, a maioria cursos de três dias, conhecidos como “Curso do Motor de Luz”, o objetivo principal era a formação de quadros de agentes responsáveis pela animação das

CEBs. Visando também o estímulo e apoio para que as comunidades do interior fizessem seus próprios cultos dominicais (Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197). Era proporcionado também periodicamente um material rodado no mimeógrafo no então Colégio Diocesano, que era distribuído às comunidades do interior.

Mesmo com o estímulo à formação de leigos, a falta de padres era um problema evidente, principalmente no interior (Ahdm 1974). Surgiu então a ideia de formar coordenadores de *setor*, uma espécie de região de atuação. Nessas regiões, o coordenador abarcaria um determinado grupo de comunidades menores. Assim, o coordenador teria a função de acompanhar esse grupo de comunidades. Mais formações então passaram a ser dadas a esses novos agentes (Ahdm 1974).

Em consonância à intensificação do trabalho de formação, foi criado em Macapá um curso de teologia para leigos, que era realizado todas as quintas-feiras à noite no Colégio Diocesano (Gallazzi 2014). Para os coordenadores do interior era feito um curso de 40 dias corridos, onde era pago aos participantes um salário-mínimo durante o período, bem como ajuda às famílias que ficavam em casa. A própria comunidade tinha a missão de ajudar as famílias dos coordenadores em formação na sua subsistência (Tosta 1997). Dentro das formações, havia sempre a preocupação da ligação da fé com o próprio fazer político das comunidades:

A gente passava 45 dias, 40 dias trabalhando juntos, de manhã era o estudo da Bíblia: do Gênesis até o Apocalipse, muito sério, muito profundo, e de tarde eles falavam: de tarde apresentavam a situação das comunidades, dos problemas que haviam, e aí se discutiam mais coisas, mais dinâmica, política, social, como organizar a comunidade, como criar movimento sindical que não tinha nada naquele sentido, como organizar a força política, não política partidária, mas a força da comunidade, se tornar interlocutora na discussão das políticas; e até coisa mais concreta; lembro do Pe. Angelo Negri que ensinava como se consertar motor de popa, e que o pessoal depois recebia instrumentos para poder fazer o trabalho (Tosta 1997: 74).

Além do papel formativo, esses cursos oferecidos pela Prelazia acabavam por também ter o papel de organizar o leigo em prol de associações mais voltadas ao agir político, como associações de moradores e sindicatos (Gallazzi 2014; Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197). Sob a luz dos encontros das comunidades, esses membros

tinham uma leitura da situação político-social da qual viviam, e assim vislumbravam novas formas de mobilização política (Arenz & Vasconcelos 1973: 167-197).

A fim de proporcionar o trabalho de acompanhamento dos setores, era dada também uma ajuda financeira aos agentes de pastoral dos interiores, que deveriam passar um tempo fora de casa para visitar todas as comunidades que estavam sob suas responsabilidades. No primeiro semestre, quando predomina o tempo de chuvas e se trabalha menos na lavoura, fazia-se o trabalho de visitas. No início do segundo semestre ocorria a Assembleia da Prelazia, de periodicidade anual, onde se traçavam as metas e planos de pastoral até a chegada de nova assembleia (Fosta 1997).

A partir das contínuas formações, passou a ser mais clara a ligação entre fé e vida dos participantes das CEBs, seja no interior ou nas cidades. Havia nesses lugares um forte sentimento de ligação entre os seus e de corresponsabilidade. Diz José Amanajás:

Nesse tempo não tinha rua, era caminho. Todo dia 3 horas da tarde tinha uma equipe que vinha lá mais ou menos do [São] João Bosco, eles vinham pegando as pessoas pra fazer visita pra cá. A gente fazia visita até na Henrique Galúcio. E tem a Feliciano Coelho, Pedro Baião, até lá. A gente encontrava aquelas barraquinhas na beira do caminho. A gente parava. Às vezes o pessoal tava doente, a gente dava um jeito de ir lá comprar um remédio, o negócio não era muito fácil, e a gente foi levando. Pra ali tinha o seu Sebastião que já morreu, tinha o Aldemiro que também trabalhava direto, também é falecido, o caboco Vilhena que também já faleceu. Todo esse pessoal trabalhava. (...) Nesse tempo se a gente chegava na casa de uma pessoa e ele tava precisando a gente não saía sem ajudar ele. Ficava um, dois e o outro saía, se virar pra dar jeito. Se era remédio, a gente pegava a receita e ia comprar o remédio, não sei aonde arranjavam dinheiro, mas o remédio aparecia. Naquele tempo as pessoas eram mais pobres, muito mais pobres e ajudavam muito mais do que agora. E era por isso que o pessoal gostava da reunião porque ele sabia que, se ele tava precisando, ele conseguia aquilo que ele queria (Lima 2014).

Por meio das reuniões na comunidade, dos mutirões e das visitas, fortaleciam-se laços de solidariedade. Além da assistência aos doentes, também eram comuns os

mutirões de construção de casas, de aquisição de filtros para pessoas necessitadas e a organização de hortas comunitárias (Pighin & Pinto 2001: 93-123).

Os encontros da comunidade eram festivos: realizavam cantos, brincadeiras, liam os Evangelhos e deles extraíam a mensagem principal para a vida cotidiana. Os encontros eram realizados na maioria das comunidades, nas casas dos próprios moradores, onde a cada semana se escolhia uma para acolher o encontro da comunidade. Quando podiam, os encontros aconteciam em locais fixos. Na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Macapá, havia constantes reuniões no barracão onde hoje é a Escola Dom Aristides Piróvano. No Buritizal, foi comprado pela comunidade o prédio de uma boate localizada na av. Aymorés, que se transformou no Centro Comunitário Sempre (Pighin & Pinto 2001: 93-123).

É pertinente também ressaltar que as CEBs ajudam a comunidade a entender as mudanças litúrgicas provocadas pelo Concílio Vaticano II e a Reforma de 1969. Dom José incentivava a leitura bíblica pelos leigos, que depois seria orientada nos cursos de formação para agentes de pastoral. Essa organização em torno da CEB e o incentivo à leitura bíblica ajudam a introduzir no leigo a ideia da Igreja como o “Povo de Deus a caminho”, como apregoado pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (Arenz & Vasconcelos 1973).

4.A ação social e política das CEBs no Amapá.

Nos encontros o enfoque era direcionado aos problemas vividos pela comunidade: além dos doentes a serem cuidados e demais casos a serem atendidos, também se falava da infraestrutura que o bairro não tinha, a luz e a água que faltavam, e até mesmo a liberdade cerceada nos anos de chumbo da ditadura. Nessas discussões começava o questionamento da própria realidade em que viviam, levando-os à ação concreta. Maria Elisia dos Santos conta que:

A gente se mobilizava. As comunidades se mobilizavam pra reivindicar com os poderes competentes. Aí conseguimos, graças a Deus, através das Comunidades Eclesiais, conseguimos água, luz elétrica e também saneamento básico, pra cá pro nosso bairro. E também foi fruto aí esse posto médico do bairro Nova Esperança [anos 90]. A gente reivindicava, fizemos abaixo-assinados, tudo exigindo do poder público. O Lélío também. Tudo é fruto porque na época as comunidades eclesiais era muita participação, a gente só chora quanto ta com a barriga seca. Então naquela

época todo mundo tinha necessidade de tudo. Aí quando um se mexia os outros também, porque a dor dum era a dor do outro (Santos 2014).

Desses questionamentos nasciam as reivindicações. Em 1979 as comunidades da Paróquia Nossa Senhora de Fátima fizeram um abaixo-assinado solicitando água tratada (Gallazzi 2014). Conseguiram se reunir com o prefeito de Macapá e os respectivos Secretários, que após uma longa conversa atenderam a solicitação dos moradores. Por conseguinte, em 1982 foi a vez das comunidades de Porto Grande, que atravessava um problema: como o governo na época teria proibido qualquer tipo de construção na região, estava sendo cada vez mais comum o aluguel de quartos nas casas (Santos 2014). A comunidade, em parceria com grupos evangélicos, decidiu por fazer um abaixo-assinado reivindicando o direito das famílias construírem suas casas, uma vez que haviam lotes sendo preparados para distribuição à população, mas que eram guardados para fins eleitoreiros, haja vista que no final do ano de 1982 estavam previstas as eleições para deputado federal do Território. Após muitas idas à Macapá e de bastante pressão pela comunidade, a população pôde construir suas casas, em sistema de mutirão, foram feitas 54 das 40 inicialmente previstas (Carlini 2014). Mas a iniciativa também rendeu uma convocação do padre Luis Carlini, ao DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) para prestar esclarecimentos sobre supostas atividades subversivas, o que será melhor explanado na sequência da discussão (Carlini, 2014).

Além da luta por infraestrutura e pelo acesso à moradia, brotaram das CEBs também iniciativas positivas, como por exemplo, os cursos, associações de moradores, mercados populares, sindicatos. Em 1972 foi criada no Buritizal uma escola de marcenaria para meninos em situação de rua, onde José Amanajás ensinava o ofício a 15 garotos, com o apoio da comunidade. De acordo com ele, às segundas-feiras ia com o padre Luis Carlini à delegacia do Trem, onde buscava os jovens para ensiná-los (Santos 2014). Anteriormente, funcionou também um curso de costura para meninas em situação de rua, coordenada por Odete Calado, outra pioneira das CEBs do Buritizal. O curso, no entanto, foi encerrado quando Odete teve que se ausentar para viajar ao interior para cuidar de doentes vítimas de hanseníase (Carlini 2014). A escola funcionou por mais de dez anos, mudando de lugar por três vezes, sendo ajudada por um período pela Associação de Moradores do Bairro do Buritizal. Na década de 1970, havia vários acontecendo na Prelazia: cursos de corte e costura na Paróquia Jesus de Nazaré, cursos de pedreiro, culinária, pintura em pano, horticultura, cunicultura na Paróquia do Amapá; em Calçoene realizava-se cursos de culinária e crochê (A Voz Católica IX 1973: 1; A Voz Católica X 1973).

Na falta de organizações populares autônomas, as próprias CEBs se encarregaram de criá-las. Nesse contexto, em 1972 surgiu o embrião da Associação de Moradores do Bairro Buritizal, fruto das CEBs, que até 1981 (data da sua criação oficial) serviu também como Cantina comunitária, onde, na falta de uma feira, os agricultores levavam seus produtos para a venda (Carlini 2014). O local aglutinou, nas décadas de 1970 e 1980, as iniciativas do curso de marcenaria e da cantina popular, ambas com grande apoio da comunidade. A própria organização da Associação de Moradores era semelhante à organização das comunidades, uma vez que suas reuniões eram feitas pelas quadras correspondentes a elas (A Voz Católica X 1973). Além disso, houve o incentivo às hortas comunitárias, que por volta de 1973 já era realidade também nas comunidades do Laguinho, da Paróquia São Benedito (A Voz Católica X 1973). Na década de 1980, também surge no bairro do Congós, a Associação de Moradores, iniciativa das CEBs da Paróquia local, Cristo Bom Pastor.

A partir de 1979, o padre Sandro Gallazzi sai da coordenação de pastoral da Prelazia de Macapá, assumindo a Pastoral Rural – ainda não havia sido criada a Comissão Pastoral da Terra na Prelazia, – o que propicia um novo impulso às CEBs, tanto no interior quanto nas cidades (Gallazzi 2014). Com a abertura política e a própria estabilidade do trabalho de CEBs, surge a ideia de esta se tornar força motriz de organização popular através da criação e fortalecimento de entidades populares como a Associações de Moradores, Sindicatos, Partidos políticos. E nesse cenário surgem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Partido dos Trabalhadores (PT – Carlini 2014).

Em 1981 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá. Na época, eram necessárias as assinaturas de 5% dos trabalhadores cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto de Terras do Amapá (RURAP), o que representava cerca de 500 trabalhadores – um número alto, mas que conseguiu atingir, sem antes, uma pressão por conta dos militares para que não acontecesse (Gallazzi 2014). Em 1984, a iniciativa foi estendida ao município de Afuá, que também criou o seu próprio Sindicato (Gallazzi 2014). Em 1983 foi a vez da criação do PT no Amapá, encabeçado em boa parte por membros das CEBs. Nesse construto, diz José Amanajás:

Teve um momento que entrou o PT, e isso já foi em 80, que mexeu mais com o pessoal das Comunidades do que com o pessoal dos sindicatos, e aí as propostas coincidiam, quer dizer, as propostas das comunidades eram que ninguém passe fome, que a gente tem que ser irmão, tem que ajudar os outros, e do PT era a mesma né, quer dizer, coincidiam

as propostas, então naquilo surgiu uma esperança grande, o pessoal se animava mesmo (Lima 2014)

A semelhança dos ideais buscados e a própria participação das CEBs na criação do PT em nível nacional, alavancaram o processo de fundação do partido em terras amapaenses (Lowy 2000). Inclusive entre os fundadores e primeiros filiados regionais figuravam um padre e alguns leigos, todos ligados às CEBs, sem contar os seus membros que participaram das articulações pela fundação e se tornaram simpatizantes, mesmo sem filiação partidária (Cardoso 2014).

Não foi sem medo que os fundadores do PT conseguiram criar no Amapá o seu Diretório Regional (Gallazzi 2014). No início, reuniam-se na casa de um integrante, chamado Batista, que morava próximo ao Hospital São Camilo. Certa vez, a Polícia Federal cercou a casa, e os levaram a depor na delegacia, sob a acusação de serem comunistas; o próprio Batista foi chamado duas vezes a depor. Com receio de represálias, as reuniões passaram a ser no Centro Comunitário da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, à época, uma escola da Diocese e que atualmente funciona como Escola Dom Aristides Piróvano, a qual ficava em constante vigilância para não serem pegos pela polícia. Com “o tempo tiveram que reunir em locais mais distantes da cidade - no mato” (Gallazzi 2014).

É válido destacar que não só no PT as CEBs foram ameaçadas de repressão. Embora não tenham sofrido represálias diretamente, em várias atividades promovidas ou apoiadas pelas comunidades, houve perseguições e ameaças por parte do governo militar, e em alguns casos por parte de padres que não viam as iniciativas das CEBs positivamente (Lowy 2000). Quando houve a criação do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1981 a Polícia novamente interveio, cercando o prédio onde estava ocorrendo a coleta das assinaturas dos agricultores” (Amanajas 2014). Conta Sandro Gallazzi que:

o governo chamou a Polícia Federal, a Polícia Militar, circundaram o prédio todo, a Federal armada de metralhadoras, todas fora, e agente chegando lá e dizendo: escuta essa é a fundação de um sindicato, está na Constituição Federal, é coisa legítima, qual é o problema? “Mas quem são os líderes desse negócio?” Olha, não tem líder nenhum, isso aqui é eu, eu sou coordenador da Pastoral Rural e o povo que tá aqui. “Não, nós queremos saber, porque isso aqui cria movimento subversivo”. Escuta [...] do que estão brigando pelos direitos, você não tem

sindicato? Vocês têm! Se vocês que são policiais têm, por que o povo não pode ter sindicato? Mas aí era governador o Barcellos que tava pressionando aqui (Gallazzi 2014).

Com quase 800 pessoas reunidas no Cine São José, o governo militar logo interveio, vendo naquela manifestação política um ato subversivo, o que só foi resolvido com a intervenção do Bispo Dom José Maritano que entrando em contato com os policiais, deu fim ao conflito (Gallazzi 2014). Nos últimos anos de regime militar no Amapá foram comuns os casos de perseguição aos trabalhos das CEBs, sobretudo as de maior abrangência social e política. Já na década de 1980, a Associação de Moradores do Buritizal em parceria com as comunidades, reivindicava um posto de saúde para o bairro: fizeram um abaixo-assinado e conseguiram cinco mil assinaturas. Após três meses do documento entregue, nada havia sido feito – pouco tempo antes, “a Associação havia tido a informação que havia verba para tanto, mas estava ameaçada de ser usado em campanha eleitoral” (Gallazzi 2014). Como nada havia sido feito, a Associação fez uma carta ao governo, mas com a tentativa fracassada de desgastar o movimento, o governo finalmente atendeu a reivindicação da comunidade: construiu o Posto de Saúde Lélío Silva, que com a redivisão dos bairros acabou ficando no bairro Novo Buritizal (Gallazzi 2014) e não mais no Buritizal como pleiteado pela associação. Como se percebe, a parceria entre comunidades e Associação de moradores era algo constante. Também “na arrecadação de cestas básicas no tempo natalino, quando as comunidades arrecadavam e a Associação fazia a distribuição” (Gallazzi 2014).

Em 1982 os moradores de Porto Grande reivindicavam o direito de moradia, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) chamou o pároco, padre Luis Carlini, para prestar esclarecimentos acerca de supostas atividades subversivas (Carlini 2014). Referiam-se ao abaixo-assinado para a permissão de construção das moradias.

Aí, quando a gente pressionou, pressionou, pressionou ele me mandou chamar no DOPS, porque foi o tempo que surgiu o PT lá também. E no PT tinha gente da Igreja. Tinha gente do mutirão, gente da Igreja, etc. Aí um cara parece que era do hospital, encontraram no hospital um panfleto, parece que era do PT. Aí foi dito que o padre que foi que fez. Aí mandaram chamar. Aí fizeram toda uma inquisição: “o senhor gosta do governador?” Gosto. “Ele trabalha bem?” É, umas certas coisas, agora não acerta tudo, mas trabalha, agora trabalhar ele trabalha. Ele fez uma

quadra com um bocado de areia lá, em Porto Grande, uma quadra de futebol, etc, agora falta transporte, falta isso, falta casa, falta luz, falta preparar as coisas, por enquanto não deu nada... “Ah, o senhor se mete em política?” É, política que é bem comum eu me meto, agora a partidária não me interessa não, na medida que não afeta o bem comum... Aí vai, vai... Perguntas todas desse tipo, assim, sempre mais. “E o senhor conhece, é amigo do pessoal do PT?” eu sou amigo até de prostituta do garimpo, sou amigo de tanta gente, por que? “Prostituta do garimpo?” Sim, aquela que morreu. “E o senhor conhece alguma coisa sobre aquela que morreu?” É, parece que morreu afogada... Aí começou a fazer: “o senhor...” Pergunta mais... Mas isso aqui é um papo ou uma inquisição? Por que o senhor tá fazendo de um jeito que é muito inquisitório. Tem alguma dúvida? Tem alguém que tá me acusando de alguma coisa? “Não, não, nós sabemos...” E quem é que tá me acusando? Quero saber quem é que me acusa. (...) “Então quer dizer que o senhor, a sua preocupação é o bem comum?” É claro, eu to aqui, largo minha terra pra fazer o quê? Eu larguei para levar o Evangelho, o bem comum, tá tátátátá, ele queria me levar sempre no mundo restrito da política dele, eu abria, e vai, foi assim. Até que no final ele queria me dar carona, não deixa que eu quero pegar um ar livre aí, vou andando (Carlini 2014).

Com o advento do PT, os ânimos se acirraram, especialmente por ser esse partido considerado comunista – crime ainda para aqueles anos finais da ditadura. Logo, “qualquer pessoa ligada ao PT era acusada de comunismo, o que já rendia perseguições – ainda mais após ir de encontro ao governo, com o projeto das casas para a comunidade” (Carlini 2014). Também entre os padres havia aqueles que não concordavam com a linha de trabalho das CEBs, o que se tornou bastante evidente no II Congresso do Povo de Deus, realizado em julho de 1979 (Arenz & Vascocelos 1973). Antes desse II Congresso, foi feita uma grande preparação com a elaboração de relatórios por parte das paróquias sobre a sua situação pastoral e social; além de saber como andavam a catequese e as pastorais, também objetivava saber com o Congresso como estavam a assistência à saúde, à educação e aos transportes (Arenz & Vasconcelos 1973). Após a construção dos

relatórios também houve uma série de encontros com a temática “o que é ser Igreja”, como relata Sandro Gallazzi:

de princípio nunca usamos a palavra “Igreja”, nós sempre usávamos a palavra “Povo de Deus”, que foi aquilo que o Concílio tinha... Justamente porque atrás da palavra “Igreja” já havia todo um mundo imaginário que era o bispo, os padres, os leigos, “Povo de Deus” era uma palavra nova para eles para que já tinha essa conotação de participação, de presença, de direitos do leigo dentro da Igreja, de protagonismo dos leigos (Gallazzi 2014).

Após um ano de preparação, construiu-se um documento base para estudo durante o Congresso, que no encontro se transformaria no documento aprovado pelos leigos e padres presentes no II Congresso do Povo de Deus. Contudo, nem todos concordavam.

Começou um grande problema interno da Diocese, dos padres. Não foi fácil. Naquele momento teve uma ala de padres ligados a uma perspectiva mais anterior, paroquial digamos, onde o pároco é um pouquinho o dono da bola, e aqueles que já queriam um processo mais nessa linha das comunidades de base. O Congresso do Povo de Deus foi um pouquinho um divisor de águas, teve até uma tentativa de boicote sobretudo das paróquias do Centro. Naquele tempo já também São Benedito tinha voltado Padre Busato que tinha ido pra fora e tinha voltado já com uma perspectiva diferente; São Benedito, Jesus de Nazaré, São José tentaram armar um... Inclusive tentar que não se fizesse o Congresso, que o Congresso fosse mais 3 dias de catequese, eu tava na coordenação de pastoral e disse não, quem vai falar são os leigos, nós dessa vez vamos ouvir, até agora falamos e nós não vamos deixar os leigos falar? Vamos deixar, vamos ver o que o Povo de Deus tem a dizer. Foi um momento bastante tenso (Gallazzi 2014).

Durante o Congresso os padres das paróquias do Centro tentaram, inclusive, retirar o documento base de pauta, mas não conseguiram. O Congresso foi concluído com êxito. Votou-se o documento final, produzido por todos os presentes nos cinco dias de Congresso. Para a redação do documento, os participantes se reuniam pela manhã, quando ocorriam as colocações do documento base (Gallazzi 2014). A tarde, os grupos se reuniam nas paróquias para a discussão dos pontos do documento e a elaboração de propostas. Pela parte da noite era realizada a votação final no Colégio Diocesano.

Entre outros aspectos, “o documento final do II Congresso do Povo de Deus incentivava a participação popular nos movimentos sociais, o engajamento do leigo na estrutura paroquial e o compromisso de a cada cinco anos ser realizado um Congresso do Povo de Deus – o que não ocorreu” (Gallazzi 2014). Faz-se importante lembrar que no início desse mesmo ano os Bispos latino-americanos com o novo papa, João Paulo II, haviam redigido o Documento de Puebla, que seguia as mesmas linhas de Medellín, aprofundando-os: a opção preferencial pelos pobres, a organização da Igreja Latino-Americana em CEBs, o papel do leigo na evangelização e transformação da sociedade no Reino de Deus (Lowy 2000). E foram, sem dúvida, vozes que ecoaram forte no Documento final do Congresso de 1979.

O Documento Final do II Congresso do Povo de Deus, publicado depois em formato de livreto, ajudou a compreender um pouco a ideia do que o Bispo e boa parte dos padres queriam das CEBs. Foi dividido em três partes, seguindo a metodologia do *Ver, Julgar e Agir*, oriunda da Ação Católica: a primeira parte destinada a descrever a situação econômica, social, política e religiosa do povo (Ver); a segunda buscando a identificar a vontade de Deus para esse povo, e como esse povo se compromete a responder a essa vontade (Julgar); e a terceira e última parte dedicada ao compromisso de cada membro do corpo eclesial (leigos, religiosos, padres, ministros – da Palavra, da Comunhão, da Coordenação) e seus campos de atuação nas famílias, entre os adolescentes e jovens, nas CEBs, na organização das comunidades em setores, nas paróquias, em nível de prelazia, nas escolas, no campo social, no trabalho, nos meios de comunicação social, entre os pobres e marginalizados (Agir – Lowy 2014). Ao longo de todo “o documento se percebe o sentido norteador do trabalho: a luta pela libertação integral do ser humano, entendido como filho de Deus, e logo parte do seu povo” (Ahdm 1979).

O documento ajuda a compreender também que as CEBs, embora tomada como linha pastoral e prioridade diocesana, não era anseio de todos os padres da prelazia; o que ao longo do Congresso resultou em conflitos (Ahdm 1979). Havia de fato uma grande divisão entre os padres, havendo inclusive os que consideravam “comunismo” o trabalho com as comunidades. Ademais, também entre os próprios leigos não havia um

consenso sobre o sentido das CEBs. Analisando as avaliações escritas por padres e leigos a respeito do II Congresso, é perceptível que as discussões eram em geral levantadas mais por padres do que por leigos, sendo estas, aparentemente, nem sempre entendidas pelos leigos ali presentes (Ahdm 1979). Na sua avaliação do Congresso, o Conselho de Pastoral Paroquial da Paróquia São José comentou como ponto negativo que “a problemática apresentada não foi entendida por parte de muitos participantes” (Ahdm 1979). Em outro relatório, não identificado, dizia que foi “considerável o índice de congressistas marginalizados. Alguns se evadiram, por nada entenderem do que se tratava” (Ahdm 1979). Havia então uma boa camada de leigos que mesmo após os estudos nas paróquias e comunidades continuavam a não compreender bem o sentido das discussões, seja pelo conteúdo ou pela linguagem adotada – importante frisar que muitos participantes, tanto dos interiores quanto da cidade eram pessoas simples, em geral com pouco estudo (Ahdm 1979).

Houve, por outro lado, pontos positivos. Em sua avaliação, Lucinda Gomes da Comunidade do Buritizal escreve: “aprendi muita coisa durante esse Congresso e durante os estudos que fizemos nas comunidades e na paróquia” (Gomes 2015). O Conselho de Pastoral Paroquial de São José também relatou que “o pessoal do interior teve a possibilidade de falar e apresentar seus problemas” (Ahdm 1979). Logo, além de um encontro de discussões e alguns choques de ideias, o II Congresso do Povo de Deus foi para os participantes um momento de encontro, troca de experiências e de estudos.

Apesar dos conflitos, pode-se inferir que as CEBs puderam ter novo impulso com o II Congresso do Povo de Deus (Gallazzi 2014). Enquanto em 1975 elas eram em número de 372 (Ahdm 1975), em 1982 esse número passou para 531 (Ahdm 1975) em todo o Território Federal do Amapá. Dos sete conselhos de pastoral paroquial existentes ao longo das 13 paróquias e comunidades autônomas em 1975 (Ahdm 1975), esse número avançou para 16 em 1982 (Ahdm 1975), abrangendo a totalidade das paróquias de agora, Diocese de Macapá. Todavia, esse aparente “sucesso” não esconde o fato da divisão entre os padres da Diocese em torno das duas formas da igreja: uma tradicional e outra mais aberta para participação dos leigos. Muitos padres não concordaram com o documento final do II Congresso. Sob forte pressão destes, Dom José Maritano afastou o padre Sandro Gallazzi da Coordenação de pastoral, assumindo-a (Gallazzi 2014). Como as comunidades do interior passam a ter menor atenção, foi criada a Pastoral Rural em 1979. Com o suposto objetivo de reorganizar as pastorais, uma ala dos padres de tendência mais conservadora convocou uma assembleia diocesana em 1982, sem a participação das comunidades do interior, onde foi extinta a Pastoral Rural, o que acabou por gerar atritos com as comunidades do interior do Amapá (Gallazzi 2014).

5. Conclusão:

Ao apresentar uma análise histórica das CEBs no bairro Buritizal em Macapá, a intenção foi associar a trajetória das CEBs com o desenvolvimento da cidade, apoiando-nos no trabalho de David Harvey, quando vincula “a exploração dos novos espaços geográficos com a expansão endógena do próprio capitalismo” (Harvey 2005: 77), ao mesmo tempo, isso “realça novas formas de participação e de ações populares” mesmo que “inicialmente (não) tão organizadas” (Harvey 2005: 77). Portanto, a partir da década de 1960, impulsionado pelo Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín, houve o incentivo não apenas por maior participação de leigos na estrutura católica, mas também a uma postura politicamente mais ativa por parte da Igreja (Lowy 2000). Outro dado a se destacar é que as CEBs encontraram amparo para seu desenvolvimento no Amapá devido à histórica carência de sacerdotes.

Focando o bairro Buritizal, localizado na periferia de Macapá, observa-se também que o desenvolvimento das CEBs esteve ligado à urbanização experimentada no bairro e na maior parte da Capital. Destaca-se, entretanto, que tal urbanização significou precarização das condições de salubridade. Dessa forma, observou-se na igreja Católica uma postura mais voltada para os problemas da população. Percebe-se tal postura a partir de movimentos, quais sejam, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

Ao final da década de 1960, o modelo das CEBs prospera por todo o Estado. Em 1968, o Bispo José Maritano estabelece às comunidades eclesiais como modelo de organização popular-católica. É importante destacar que nas CEBs parte-se de aceção de comunidade amparada em uma noção mais ampla, abarcando todo o bairro no qual estava inserido e não apenas no contexto intramuros. Tributária da Teologia da Libertação, as CEBs contrapõem-se à ideia de caridade. Entende que o povo é agente de direitos, assumindo assim uma postura mais autônoma perante ao Estado e ao próprio capitalismo (Betto 1981: 59-60). De fato, as ações das CEBs focalizavam a busca por melhoria das condições urbana, visando a ampliação do número de moradias e o saneamento básico. Além disso, cursos de formação política eram comuns e oferecidos aos membros.

A partir da década de 1980, as CEBs passaram a sofrer repressão mais dura por parte do Estado. Tais perseguições se deram não apenas pelas ações populares, mas também pelo apoio que as Comunidades ofereceram ao Partido dos Trabalhadores (PT), à época em processo de formação (Lowy 2000). A repressão estatal foi seguida por retaliações dentro da Igreja, em especial pela ala mais conservadora, por meio da remoção de importantes sacerdotes apoiadores das comunidades eclesiais, entre eles, os Bispos

Dom José Maritano o Dom Luís Soares Vieira, as CEBs, nesse contexto, iniciaram um processo de declínio na região de Macapá.

Referências bibliográficas:

- AHDM. Seção “B”, (1975). Caixa arquivo V, Pasta 09, Prelazia do Macapá, Situação Paroquial da Prelazia de Macapá, Quadro estatístico.
- AHDM. Seção “B”, (1982). Caixa arquivo V, Pasta 09, Prelazia do Macapá, Relatório de atividades da Diocese de Macapá.
- AHDM. Seção “E”, (1974). Caixa arquivo III, Pasta 02, Prelazia do Araguaia, Circular de 04.
- A VOZ CATÓLICA, (1967). nº 424, ano IX, Prelazia do Araguaia, p. 1, 9 de dezembro (I).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 507, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 6, 9 de maio (II).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 494, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 6, 9 de janeiro (III).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 497, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 6, 9 de maio (IV).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 501, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 5, 31 de maio (V).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 509, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 6, 9 de julho (VI).
- A VOZ CATÓLICA, (1969). nº 529, ano X, Prelazia do Araguaia, p. 2, 9 de dezembro (VII).
- A VOZ CATÓLICA, (1972). nº 876, ano XIII, Prelazia do Araguaia, p. 2, 23 de setembro (VIII).
- A VOZ CATÓLICA, (1973). nº 638, ano XIV, Prelazia do Araguaia, p. 1, 9 de dezembro (XIX).
- A VOZ CATÓLICA, (1973). nº 638, ano XIV, Prelazia do Araguaia, p. 1, 25 de dezembro (X).
- ARENZ, Karl Heinz; VASCONCELOS, George Alexandre Barbosa. (2014). “Encarnação e Libertação: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 7, n. 19: 167-197.
- BETTO, Frei. (1981). *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense.
- BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. (2008). Certificação ISO 14001 e educação ambiental: estudo de caso do sistema de gestão ambiental da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes. Tese de Doutorado em História, UNIFAP.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK Raquel. (1984) “Periferia da Grande São Paulo - reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. 117-154. São Paulo.
- FONSECA, Devair Araújo. (2009). “O surgimento do CELAM na América Latina.” *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 3: 1-14.

- GALLAZZI, Sandro. (2014). Entrevista cedida em 23 de agosto em sua casa no Bairro Buritizal.
- HARVEY, David. (2010). *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola.
- HARVEY, David. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- LIMA, José Amanajás. (2014). Entrevista cedida em 15 de agosto em sua casa no Bairro Buritizal.
- LOBATO, Sidney da Silva. (2013). A cidade dos trabalhadores: insegurança Estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). Tese de Doutorado em Historia, Universidad de São Paulo (USP), São Paulo.
- LOWY, Michael. (2000). *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- MARIZ, Cecília Loreto. (2016). “Formas de Conceber Comunidade e dons em três vertentes cristãs: analisando rupturas e continuidades”, *Tempo da Ciência*, v. 23: 9-26.
- PGHIN, Cláudio y Pinto, JaNildo Aragão (orgs.). (2001). *O pastor Dom José Maritano*. Belém: Salomão Larêdo.
- PY, Fábio; PEDLOWSKI, Marcos. (2018). “Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais no Brasil (1975-1985)”, *Tempo*, v.24, n.2, Niterói: 233-252.
- RODRIGUES, Randolfe. (2009). “A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64”. En: *Amazônia, Amapá: escritos de História*, por Augusto Oliveira, Belém: 151-159.
- TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. (1997). A missa e o culto vistos do lado de fora do altar: religião e vivências cotidianas em duas comunidades eclesiais de base do bairro Petrolândia. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidad de São Paulo (USP), São Paulo.
- TOSTES, José Alberto. (2007). “Políticas urbanas intervencionistas nas cidades amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação”. Ponencia presentada em el XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Pará.